



AÇÕES DA BIBLIOTECA SETORIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-BSCE PARA A EFETIVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

ACTIONS OF THE SECTORIAL LIBRARY OF THE EDUCATION CENTER OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA-BSCE FOR THE EFFECTIVENESS OF THE FULFILLMENT OF LAWS 10.639/2003 AND 11.645/2008

Anna Claudia da Costa Flores, Universidade Federal de Santa Maria -
annacflores@gmail.com

Débora Marshall, Universidade Federal de Santa Maria -
deboraeadufsm@gmail.com

Eixo Temático 11: I Seminário sobre Relações Étnico-raciais e Decolonialidade

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a questão da relevância da literatura de autore(a)s negro(a)s e indígenas, como também de literatura infantil afro-brasileira, africana e indígena nos acervos das bibliotecas de escolas de ensino fundamental (EF), médio (EM) e universitário. O debate e as ações a serem desenvolvidas levam em consideração a Lei Federal nº 10.639/2003, alterada pela Lei Federal nº 11.645/2008, que incluiu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena no âmbito de todo o currículo escolar, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, do EF até o EM. Consoante essa legislação, o conteúdo programático a ser abordado em sala de aula deve incluir o estudo da História da África, a cultura negra brasileira, a luta da população negra no Brasil, seu papel na formação da sociedade nacional, resgatando sua contribuição nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A fim de que essas leis sejam cumpridas, é imprescindível que os acervos das bibliotecas escolares e universitárias disponham de um robusto contingente de obras



de literatura afro-brasileira, africana e indígena, com recorte em produções alicerçadas na ancestralidade de matrizes africana e indígena, e de obras literárias com enfoque em temáticas relativas a: luta antirracista, educação para as relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, entre outros temas afins. Os acervos mormente das bibliotecas universitárias devem dispor de material que contemple temáticas e questões relativas à educação das relações étnico-raciais para todos os cursos de graduação e dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo acesso de qualidade aos conteúdos propostos nesta lei a fim de dar efetividade às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Objetiva-se com este estudo ponderar sobre as práticas e as opções político-pedagógicas da Biblioteca Setorial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM), doravante BSCE, e de bibliotecas universitárias de maneira geral, no que tange às Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Em vista disso, a proposta da BSCE é promover a reflexão e o debate acerca do compromisso assumido de se constituir como mediadora das dimensões das relações humanas, potencializando o avanço da comunidade universitária e da comunidade externa a ela na articulação de políticas, projetos e práticas antirracistas e construtoras de equidade racial nos sistemas de ensino. Acredita-se na potência das bibliotecas universitárias em redimensionar e ressignificar seu papel como subsidiárias e mobilizadoras de oportunidades de cooperação ampla e de ações interativas colaborativas, alcançando o público interessado na produção de conteúdos e processos fecundantes de equidade.

Busca-se, ainda, com este trabalho, evidenciar que nossas bibliotecas universitárias devem assumir-se como espaços de acolhimento, inclusão e promoção das diversidades. Para tal propósito, é mister que permitam à comunidade usufruir de materiais que versem sobre temáticas e debates em torno das diversidades, da educação antirracista, do combate ao sexismo, ao capacitismo, ao racismo, ao fascismo e contra todas as formas de opressão e violência, no intuito de



sanar a miopia cultural do(a)s educando(a)s e da sociedade por inteiro. O acesso aos espaços, às políticas, aos projetos e às atividades realizadas nessas bibliotecas deve ser de fato universal, a fim de que todo(a)s se apropriem, seja em suas formações educacionais, seja em suas qualificações profissionais, de capital cultural pleno de diversidades, tornando-se assim cidadão(ã)s conscientes de seu papel na sociedade, respeitando e valorizando os territórios, os modos de ser e de viver de todo(a)s.

Cabe destacar que as bibliotecas universitárias são figuras ímpares de apoio ao oferecer histórias e pontos de vista múltiplos ao(à) estudantes que as frequentam. Infelizmente, ainda nos deparamos com materiais como obras literárias, livros didáticos e paradidáticos, vídeos, filmes, entre outros, que disponibilizam histórias sob uma única visão de mundo, bloqueando assim a capacidade de reflexão de nossas crianças e nosso(a)s jovens.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A biblioteca além de ser instrumento de organização, preservação e disseminação da informação, está a serviço da comunidade, sendo uma instituição que deve servir, apoiar, acolher e transformar a sociedade. Cardoso (2015, p.34) explica que

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico cultural do contexto em que está inserida; analisa criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e também identificar as histórias silenciadas; recuperar, preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários da biblioteca, o convívio com a diversidade cultural.

No âmbito das bibliotecas universitárias, sua demanda é apoiar especialmente as atividades de ensino, pesquisa e extensão e ações que venham em benefício da evolução da humanidade. Esses espaços devem constituir-se em ambientes democráticos e devem oportunizar a manifestação e a valorização da diversidade étnico-cultural da população brasileira e de sua História, possibilitando a ruptura do modelo eurocêntrico no ensino formal e a construção de uma educação multicultural na escola brasileira. A política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias deve ponderar essas questões ao compor o acervo e as atividades e ações socioculturais, considerando as temáticas e os conteúdos



programáticos sobre a História e a Cultura afro-brasileira, africana e indígena em nosso país. Sob esse prisma, o bibliotecário tem função de protagonista na composição do acervo e na promoção de projetos e atividades. Gomes (2016, p. 747) afirma que:

O bibliotecário não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão ao processo de discriminação racial brasileiro que a desqualifica a participação da população negra na construção social.

As bibliotecas universitárias, assim como aquelas localizadas em instituições vinculadas à educação formal da rede básica de ensino, pública e privada, devem zelar e atuar em favor da implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, assim como do Parecer CNE 003/2004 que estipula as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Esse entendimento tem respaldo em Cardoso (2015, p. 34), o qual sustenta que a biblioteca democrática deve assumir as diversidades e procurar identificar as histórias silenciadas. Ainda, sob essa lógica, Gomes (2016, p. 747) alega que o bibliotecário deve agir, não ser passivo, integrar-se a tudo que está acontecendo à sua volta.

MÉTODO DA PESQUISA

Tendo em mente o compromisso histórico das instituições públicas de ensino brasileiras – laicas, republicanas e autônomas –, além do posicionamento no sentido do pleno respeito à democracia, espera-se que essas instituições compreendam suas bibliotecas como espaços de resgate, preservação, compartilhamento e democratização do acesso às memórias e saberes dos povos que constituem nossa sociedade e toda a sua diversidade cultural.

Os ambientes de instituições de ensino formal, como é o caso das bibliotecas, dos espaços comuns de convivência e lazer, laboratórios, entre outros, como também os ambientes comunitários externos: museus, bibliotecas públicas, teatros, etc, e ainda as situações e fenômenos que ocorrem envolvendo estudantes e os



processos de ensino e aprendizagem apresentam possibilidades infinitas para o desenvolvimento do trabalho e da construção de conhecimentos coletivos.

Nessa perspectiva, o ambiente da BSCE vem, cada vez mais, empenhando-se em promover a reflexão e o debate acerca do compromisso a ser assumido pelos estabelecimentos de ensino na articulação de políticas, projetos e práticas antirracistas e construtoras de equidade racial na comunidade em que está inserida.

Tendo em consideração que uma práxis educativa não se refere somente às ações pedagógicas, mas também às suas intencionalidades políticas e formas de organização, a justificativa para a realização da roda de conversa intitulada “Reflexões sobre a Lei 10.639/2003 no Contexto das Bibliotecas”, promovida pela BSCE na 28ª Feira Internacional do Cooperativismo, Economia Solidária e Agricultura Familiar-FEICOOP, em Santa Maria, RS, em 15 de julho de 2022, foi lançar questões/reflexões sobre o papel das bibliotecas na aplicação das Leis 10639/03 e 11.645/08.

Os objetivos da roda de conversa consistiam em:

1) Refletir sobre os acervos das bibliotecas no que se refere ao contingente de obras de literatura afro-brasileira, com recorte em produções alicerçadas na ancestralidade de matriz africana, e de obras literárias com enfoque em temáticas relativas a: luta antirracista, educação para as relações étnico-raciais, História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, entre outros temas afins;

2) Promover o debate acerca do compromisso a ser assumido pelos estabelecimentos de ensino de alimentar constantemente suas bibliotecas com materiais que contribuam no combate ao racismo e na educação das relações étnico-raciais, contribuindo assim para prevenir e sanar a miopia cultural do(a)s educando(a)s;

3) Evidenciar a necessidade das bibliotecas constituírem-se em ricos mananciais de obras que abordem questões relativas à educação das relações étnico-raciais, à educação para as diversidades, com acesso universal, a fim de que todo(a)s se apropriem, em suas formações estudantis e profissionais, de capital cultural pleno de diversidades, tornando-se assim cidadão(ã)s conscientes de seu papel na sociedade, respeitando o espaço e o modo de ser e de viver de todo(a)s;



4) Refletir sobre as práticas e as opções político-pedagógicas das bibliotecas no que tange às Leis 10.639/03 e 11.645/2008.

RESULTADOS

Tendo em vista os objetivos concebidos como meta da BSCE, os resultados alcançados até então podem ser considerados satisfatórios. Na sequência, são apresentados esses resultados.

Na roda de conversa promovida pela BSCE, as debatedoras relataram sobre suas vivências seja como estudantes (Ensino básico e superior, incluindo pós-graduação), seja como professoras, como servidoras públicas e ainda como ativistas, a respeito do acesso, em bibliotecas escolares e universitárias, a bibliografia com temáticas e conteúdos programáticos sobre a História e a Cultura afro-brasileira, africana e indígena a fim de dar efetividade às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Como desdobramento das reflexões proporcionadas na roda, as debatedoras e o(a)s participantes ressaltaram a importância da leitura nas escolas, principalmente com o público infantil, de obras de literatura afro-brasileira, africana e indígena, com recorte em produções alicerçadas na ancestralidade de matriz africana e indígena, bem como de obras literárias com foco em temáticas relativas à educação antirracista, às relações étnico-raciais, à História e à Cultura afro-brasileira, africana e indígena, entre outras temáticas relacionadas.

O debate realizado na roda também deu enfoque à necessidade da formação inicial em cursos de licenciatura e formação continuada para docentes de todos os níveis de ensino no que tange aos conteúdos propostos nas Leis 10.639/2003 e 11.465/2008, a fim de dar efetividade às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Alguns encaminhamentos foram propostos, entre os quais destacam-se a ideia de um projeto-piloto de Afroteca no acervo da BSCE e de uma Afroteca itinerante da BSCE.



Ainda, como repercussão dos debates realizados na roda de conversa, foi sugerido por uma das debatedoras o desafio da execução de um projeto-piloto com meninas negras estudantes de escolas públicas, oriundas de famílias de baixa renda e da periferia, com o objetivo de desenvolver o fortalecimento da identidade e da cultura negra, mobilizando potencialidades com relação ao empoderamento do(a)s educando(a)s, à valorização da estética negra e da representatividade do povo negro.

A respeito dos resultados, constatou-se, portanto, a existência de demandas de ações e projetos que a BSCE pretende organizar e articular, dentre os quais destacam-se:

a) Revisão do catálogo de materiais da BSCE no intuito de identificar, com mais precisão, materiais que abordem temáticas relativas à História e à Cultura afro-brasileira, africana e indígena;

b) Organização de um acervo de filmes e documentários para inaugurar uma Afrovideoteca na BSCE, tendo em vista temáticas atinentes à História e à Cultura afro-brasileira, africana e indígena;

c) Promoção de rodas de conversas, palestras, seminários, cineclubes, entre outros eventos e atividades, com o intuito de promover debates acerca de filmes, documentários e obras de literatura afro-brasileira, africana e indígena, com recorte em produções alicerçadas na ancestralidade de matriz africana e indígena, bem como de obras literárias com foco em temáticas relativas à educação antirracista, à educação das relações étnico-raciais, à História e à Cultura afro-brasileira, africana e indígena, à diversidade e à igualdade étnico-racial, entre outras temáticas relacionadas;

d) Realização de exposições artístico-culturais de obras e materiais alicerçadas em temáticas atinentes às diversidades, à educação antirracista, à diversidade e à igualdade étnico-racial, como também ao combate ao sexismo, ao racismo, ao fascismo e a todas as formas de opressão e violência;

e) Articulação de projeto de leitura para a comunidade externa à UFSM. Primeiramente pensa-se em atender o(a)s trabalhadore(a)s terceirizado(a)s contratado(a)s pela UFSM. Em seguida, pretende-se estender o projeto para o



público do Hospital Universitário da UFSM-HUSM e para feirantes da Polifeira do Agricultor/UFSM, feira de agricultura familiar que acontece no Campus Sede da UFSM, onde famílias de produtores rurais expõem diversos produtos. Esse público, até então, pode apenas consultar os acervos dentro dos ambientes das bibliotecas da UFSM. Por meio desses projetos, a comunidade externa poderá levar para casa livros e materiais das bibliotecas da UFSM, oportunizando a educação inclusiva com o acesso universal e irrestrito ao conhecimento.

Já está em andamento na BSCE a elaboração e o registro, no Gabinete de Projetos do Centro de Educação da UFSM-CE (Unidade da UFSM onde se localiza a BSCE), de um projeto guarda-chuva que vai abarcar e articular todas as demandas de ações e atividades citadas.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos até o momento foram considerados satisfatórios principalmente porque, com base neles, puderam ser constatados alguns desdobramentos, demandas e encaminhamentos a serem assumidos como compromissos e metas da BSCE.

Dentre esses desdobramentos, demandas e encaminhamentos, ressalta-se:

- Analisar o acervo da BSCE pertinente às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e organizar uma Afroteca no acervo da BSCE;
- Assumir o compromisso de articular políticas, projetos e práticas antirracistas e construtoras de diversidade e igualdade étnico-racial na comunidade em que a BSCE se insere;
- Planejar e colocar em prática um projeto-piloto com meninas negras estudantes da rede pública de ensino, oriundas da periferia da cidade, com o objetivo de desenvolver com esse público o fortalecimento da identidade e da cultura negra, mobilizando potencialidades com relação ao empoderamento do(a)s educando(a)s, à valorização da estética negra e da representatividade do povo negro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração o exposto neste trabalho, julgam-se prementes e imperiosos o repensar e a ressignificação das atribuições das bibliotecas educacionais, em especial as universitárias. Tal demanda é inadiável singularmente a essa altura do século XXI, página da História humana em que a sociedade demanda e clama por uma biblioteconomia social etnicamente diversa e igualitária. As bibliotecas de instituições educacionais constituem-se em ambientes potentes de possibilidades educativas, artístico-culturais e sociais e precisam assumir seu compromisso com a sociedade e as comunidades a quem servem.

Pela sua natureza e características, as bibliotecas de instituições educacionais podem e devem valer-se de seus ambientes, acervos e atribuições para promover a aplicação das normativas vigentes que congregam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Compete reforçar a necessidade de as bibliotecas universitárias se assumirem como espaços de acolhimento, inclusão e promoção das diversidades. Para esse fim, é sua tarefa proporcionar à comunidade materiais que se ocupem de conteúdos e debates acerca das diversidades, da educação antirracista, do combate ao sexismo, ao capacitismo, ao racismo, ao fascismo e a todas as formas de opressão e violência.

Nesse sentido, a BSCE não tem se furtado nem poupado esforços no sentido de apoiar e organizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, articular suas ações e projetos com as políticas públicas e iniciativas da UFSM, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais, de coletivos, de entidades representativas das categorias de trabalhador(a)s, entre outras instituições e organizações. A BSCE vem buscando com afinco assumir o compromisso de servir à sociedade sob a ótica de uma biblioteconomia social e diversa socioculturalmente, (re)pensando e ressignificando continuamente suas práticas e opções político-pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. R. S. de; OLIVEIRA, R. M. de F. S. Ações de extensão empreendidas por bibliotecas universitárias: estudo dos anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (2013-2017). In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, p. 154-170, set.



2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1088>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília – DF: SECAD/MEC, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei Federal nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Brasília – DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei Federal nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília – DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

CARDOSO, P. de J. F.; RASCHE, K.L. (Orgs.) **Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

FEBAB. **Agenda 2030 e como as bibliotecas podem contribuir com a sua implementação**, 2017. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/438>. Acesso em 22 jul. de 2022

FEBAB. **Bibliotecas por um mundo melhor**. Agenda 2030. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.21, n.3, p.738-752, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971> Acesso em: 20 jul. 2022.



GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.1, 2010. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1216>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, A. S. da ; FONTES, Sandra Regina. Diversidade étnico na biblioteca e a aplicação da Lei N. 10.639/03. In: **REBECIN: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**. v. 4, n.1, p. 199-214, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/87180> acesso: 20 jul. 2022.

SILVA, A. S. da; FONTES, S. R. Diversidade Étnica na Biblioteca e a Aplicação da Lei nº 10.639/03. In: **REBECIN**, v.4, n.1, p.199-214, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOUSA, A. C. M. de; SANTOS, R. do R.; JESUS, I. P. de. **S.** A Biblioteca universitária como equipamento cultural e suas potencialidades para promover as diversas manifestações artísticas. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 01-19, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1515/1311>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SPUDEIT, D. F. A. de O.; MORAES, M. B. (Orgs.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/216/191>. Acesso em: 20 jul. 2022.

VIANA, G. de M.; PIMENTA, J. S. Biblioteca escolar: reflexões à luz da legislação educacional brasileira. In: **Revista Educação Pública** – Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/4/biblioteca-escolar-reflexoes-a-luz-da-legislacao-educacional-brasileira>. Acesso em: 15 jun. 2022.